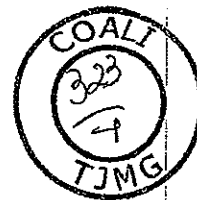




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



HOMOLOGAÇÃO

Para que produza os efeitos legais e de acordo com a delegação de poderes prevista na Portaria nº. 1.839 de 08.12.2005, homologo a licitação abaixo, conforme Ata de Julgamento da Sessão Pública do Pregão Presencial de 19.05.2011.

Processo: nº. 613/2011

Licitação: nº. 064/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais para escritório – Ata 014/11.

LICITANTES VENCEDORES

Lote 01: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 0,46 (Quarenta e seis centavos)

Valor Total: R\$18.400,00 (Dezoito mil e quatrocentos reais)

Quantidade Registrada: 40.000 unidades

Lote 02: RAFTECO COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA.

Valor Unitário: 12,78 (Doze reais e setenta e oito centavos)

Valor Total: R\$204.480,00 (Duzentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais)

Quantidade Registrada: 16.000 unidades

Lote 03: TAMPASCO & FREITAS COMÉRCIO LTDA.

Valor Unitário: 17,40 (Dezessete reais e quarenta centavos)

Valor Total: R\$278.400,00 (Duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais)

Quantidade Registrada: 16.000 unidades

Lote 04: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 29,01 (Vinte e nove reais e um centavo)

Valor Total: R\$8.703,00 (Oito mil, setecentos e três reais)

Quantidade Registrada: 300 unidades

Lote 05: PAPELARIA OFFICE BOX LTDA.

Valor Unitário: 4,17 (Quatro reais e dezessete centavos)

Valor Total: R\$83.400,00 (Oitenta e três mil e quatrocentos reais)

Quantidade Registrada: 20.000 unidades

Lote 06: TEVILO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Valor Unitário: 0,93 (Noventa e três centavos)

Valor Total: R\$18.600,00 (Dezoito mil e seiscentos reais)

Quantidade Registrada: 20.000 unidades

Lote 07: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 4,44 (Quatro reais e quarenta e quatro centavos)

Valor Total: R\$2.220,00 (Dois mil, duzentos e vinte reais)

Quantidade Registrada: 500 unidades

Lote 08: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 64,40 (Sessenta e quatro reais e quarenta centavos)

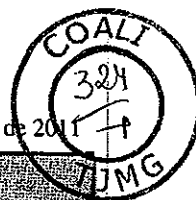
Valor Total: R\$32.200,00 (Trinta e dois mil e duzentos reais)

Quantidade Registrada: 500 unidades

Belo Horizonte, 20 de maio de 2011.

MICHEL G. SALOMÃO

Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio



DIÁRIO DO JUDICIÁRIO



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Des. Cláudio Renato dos Santos Costa
Presidente

Des. Mário Lúcio Carneiro Machado
1º Vice-Presidente

Des. Joaquim Herculano Rodrigues
2º Vice-Presidente

Des. Márcia Maria Milanez
3º Vice-Presidente

Des. Antônio Marcos Alvim Soares
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Luiz Audebert Delage Filho
Vice-Corregedor-Geral de Justiça

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - ANO IV - BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2011 - Nº 90

Lei Federal nº 11.419 de 19/12/2006, art 4º

"Assinatura Digital: o presente documento está assinado digitalmente, nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui forma de encriptação eletrônica do documento. Ela está empregada neste documento eletrônico como recurso tecnológico da segurança da informação. Os dados que compõem cada informação deste documento foram cifrados pela assinatura digital quando do respectivo armazenamento no equipamento-banco-de-dados do TJMG. Para a cifragem e armazenamento, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais empregou certificados digitais expedidos por instituição certificadora devidamente credenciada na ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira). O presente documento recebeu assinatura digital com uso de Certificado de padrão ICP-Brasil com algoritmo de assinatura "sha1RSA", expedido pela Autoridade Certificadora denominada "AC PRODEMGE SRF", usado padrão de algoritmos criptográficos de RSA(1024 bits). Os métodos criptográficos empregados impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento digitalmente assinado e armazenado sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente DIÁRIO DO JUDICIÁRIO DO TJMG."

PRESIDÊNCIA

Chefe de Gabinete: Gutenberg José Leite Junqueira
20/05/2011

PORTARIA Nº 2584/2011

Dispõe sobre a dispensa e designação de Desembargador para a função de Superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 4º da Resolução nº 640, de 24 de junho de 2010,

CONSIDERANDO pedido apresentado pelo Desembargador Antônio Sérvulo dos Santos,

RESOLVE,

Art. 1º Fica o Desembargador Antônio Sérvulo dos Santos dispensado da função de Superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude.

Art. 2º Fica o Desembargador Wagner Wilson Ferreira designado para a exercer a Superintendência da Coordenadoria de que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2011.

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, Presidente

PORTARIA Nº 2585/2011

Altera o art. 6º da Portaria nº 2.386, de 2 de dezembro de 2009.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 11, inciso I, da Resolução nº 420, de 1º de agosto de 2003, que contém o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais,

CONSIDERANDO as diretrizes do "Programa de Sustentabilidade Legal", contidas na Portaria nº 135, de 16 de agosto de 2008, que colocam em destaque a preocupação desta Casa com o desenvolvimento humano, nos aspectos social, ecológico, ambiental, cultural, econômico e tecnológico;

CONSIDERANDO o princípio da economicidade, que consiste em se buscar o melhor resultado com o mínimo de custo;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de se evitar o uso do papel e de se modernizarem os meios de acesso aos dados relativos ao pagamento da remuneração dos magistrados e servidores efetuado pela Secretaria do Tribunal de Justiça,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 6º da Portaria nº 2.386, de 2 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Para os magistrados e servidores inativos cadastrados no portal da intranet do TJMG, os demonstrativos de pagamento dos proventos serão fornecidos exclusivamente por meio eletrônico, conforme disposto nos artigos 3º e 4º desta Portaria.

Parágrafo único: Os demonstrativos impressos continuarão a ser fornecidos aos magistrados e servidores inativos não-cadastrados na forma prevista no caput deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2011.

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, Presidente

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTES À DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS MAGISTRATURA

ATO ASSINADO PELO 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

Deferindo ao Desembargador Herbert Carneiro 05 (cinco) dias úteis de compensação, no período de 23.05.11 a 27.05.2011, nos termos da legislação vigente.

Deferindo ao Juiz de Direito abaixo relacionado, licença-saúde, ficando retificada a publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico" de 05/05/2011, conforme segue:

Nome	Período	Substituto
Geraldo Luís de Castro Nogueira - 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de Matozinhos	48 dias de licença-saúde, no período de 01/04/11 a 18/05/11	Daniel Dourado Pacheco - 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Matozinhos

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Homologação

Processo: nº. 613/2011
Licitação: nº. 064/2011
Modalidade: Pregão Presencial
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais para escritório – Ata 014/11

LICITANTES VENCEDORES

Lote 01: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.
Valor Unitário: 0,46 (Quarenta e seis centavos)
Valor Total: R\$18.400,00 (Dezoito mil quatrocentos reais)
Quantidade Registrada: 40.000 unidades

Lote 02: RAFTECO COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA.

Valor Unitário: 12,78 (Doze reais e setenta e oito centavos)
 Valor Total: R\$204.480,00 (Duzentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais)
 Quantidade Registrada: 16.000 unidades

Lote 03: TAMPASCO & FREITAS COMÉRCIO LTDA.

Valor Unitário: 17,40 (Dezessete reais e quarenta centavos)
 Valor Total: R\$278.400,00 (Duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais)
 Quantidade Registrada: 16.000 unidades

Lote 04: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 29,01 (Vinte e nove reais e um centavo)
 Valor Total: R\$8.703,00 (Oito mil, setecentos e três reais)
 Quantidade Registrada: 300 unidades

Lote 05: PAPELARIA OFFICE BOX LTDA.

Valor Unitário: 4,17 (Quatro reais e dezessete centavos)
 Valor Total: R\$83.400,00 (Oitenta e três mil e quatrocentos reais)
 Quantidade Registrada: 20.000 unidades

Lote 06: TEVILO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Valor Unitário: 0,93 (Noventa e três centavos)
 Valor Total: R\$18.600,00 (Dezoito mil e seiscentos reais)
 Quantidade Registrada: 20.000 unidades

Lote 07: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 4,44 (Quatro reais e quarenta e quatro centavos)
 Valor Total: R\$2.220,00 (Dois mil, duzentos e vinte reais)
 Quantidade Registrada: 500 unidades

Lote 08: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 64,40 (Sessenta e quatro reais e quarenta centavos)
 Valor Total: R\$32.200,00 (Trinta e dois mil e duzentos reais)
 Quantidade Registrada: 500 unidades

Homologação

Processo: nº. 2452/2010

Licitação: nº. 067/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 20.000 licenças de uso de solução de antivírus, com serviços de instalação do software, configuração do ambiente, atualização e prestação de serviços de suporte técnico e garantia, para atendimento a demanda do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

LICITANTE VENCEDOR

LOTE ÚNICO: ADIK SOFTWARE LTDA

Valor Total: R\$260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais)

Gerência de Compra de Bens e Serviços
 Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes
 20.05.2011

Aviso

Licitação: 025/2011

Processo: 010/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e corretiva integral de sistemas de energia ininterrupta - "No-Break".
 Sessão Pública: 02.06.2011 às 09:00h.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer download do edital no site www.tjmg.jus.br - Opção: Licitações - 2011. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua Timbiras, nº. 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

Aviso

Licitação: 026/2011

Processo: 022/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Reestruturação do Portal (Internet e intranet) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Data da sessão pública: 06.06.2011, sendo:

- Recebimento das propostas até às 9h.
- Abertura das propostas às 09h 15 min.
- Início da disputa às 09h30min.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer download do edital no site www.tjmg.jus.br - Link: Licitações - 2011. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua dos Timbiras, nº. 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Diretora Executiva: Neuza das Mercês Rezende,
 20 Maio de 2011

GERÊNCIA DE MOVIMENTO E DE CONCESSÕES AOS SERVIDORES
 Gerente: Maria das Mercês Simões da Rocha Pinto

Pela 2ª Instância

Concedendo, nos termos do art.54 da Portaria-Conjunta nº. 076/2006, licença à gestante, por 120 (cento e vinte) dias, bem como prorrogação de licença-maternidade, nos termos do art.3º da Resolução nº. 605/2009, por 60 (sessenta) dias, às servidoras a seguir relacionadas:
 -Lucia Maria da Silva Araujo, TJ-7187-8, a partir de 05.05.2011;
 -Suzana Dias Ferreira, TJ-6866-8, a partir de 14.05.2011.

Deferindo nos termos da legislação vigente: Averbção de tempo de serviço, requerida pelos seguintes servidores:

-Camila Silva Gonzaga Ribeiro, TJ-7324-7, 2892 dias certificados pela SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/MG, contando 2892 dias para fins de aposentadoria e 600 dias para fins de férias - prêmio;
 -Mauro José Brandão, TJ-2384-6, 7280 dias certificados pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, contando para fins de aposentadoria e adicionais; e 675 dias na forma dos arts. 119 e 120 do ADCT da CE, ficando retificada a publicação do dia 07.03.1998.

Expedindo título declaratório, nos termos do art. 112 do A.D.C.T. da Constituição Estadual, acrescido pelo art. 4º da Emenda Constitucional nº57, de 15.07.2003, aos servidores:

-Camila Silva Gonzaga Ribeiro, TJ-7324-7, 1º adicional, a partir de 23.11.2010;
 -Mauro José Brandão, TJ-2384-6, 9º (nono), 10º (décimo) e 11º (décimo primeiro) adicionais a partir de 04.03.2011.

Expedindo o TÍTULO DECLARATÓRIO do direito ao recebimento do adicional por desempenho, nos níveis e datas de concessão correspondente, sobre os vencimentos da servidora abaixo relacionada, do Quadro de Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos da

Lei 18.581, de 14/12/2009, c/c a Resolução nº. 634/2010-TJMG, de 19 de maio de 2010:

-Rosane Maria Teixeira Rodrigues, TJ-5599-6, II, a partir de 22.01.2011, ficando retificada a publicação do dia 19.04.2011.

Pela 1ª Instância

Anotando Portaria do Diretor do Foro:

Substituição - designação a partir da data da publicação, durante afastamento do titular:
 -Valquíria de Souza Viana, Contagem, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, até 02.06.2011.

Substituição - designação durante afastamento do titular:

-Adalton Couto do Carmo, Caeté, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-58, no dia 28.03.2011 e no dia 12.04.2011;
 -Adilson Ronie Von de Souza Rodrigues, Betim, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 02 dias, a partir de 10.03.2011;
 -Aline Almeida de Magalhães, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, em prorrogação, a partir de 19.04.2011 até 01.05.2011 e a partir de 02.05.2011;

-Bárbara Alice Carvalho Paiva, Campo Belo, Técnico de Apoio Judicial de Segunda Entrância C, PJ-58, 04 dias, a partir de 10.05.2011;

-Bruno Nogueira de Carvalho, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, em prorrogação, a partir de 16.05.2011;

-Carlos Alberto Moura Gonçalves, Betim, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-64, 02 dias, a partir de 10.03.2011;

-Daniela Simões Nicácio de Lima, Poços de Caldas, Oficial Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador D, JPI-SG, PJ-28, em prorrogação, a partir de 04.05.2011 até 16.05.2011;

-Gilmara Teixeira Pinto Fialho, Caratinga, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 45 dias, a partir de 14.05.2011;

-Giuliano Rossi Menezes, Belo Horizonte, Oficial Judiciário D, especialidade Oficial Judiciário, PJ-28, em prorrogação, a partir de 07.05.2011 até 05.07.2011;

-Helson Cleyton Brandão, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, em prorrogação, a partir de 16.05.2011 até 08.07.2011;

-Jaciera Pinheiro de Mendonça, Betim, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-64, no dia 04.03.2011;

-Janaina Ferreira Dutra, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, em prorrogação, a partir de 16.05.2011 até 16.08.2011;

-Lívia Martelletto Pires, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, em prorrogação, a partir de 02.05.2011 até 16.09.2011;

-Maria Flávia Mendes de Oliveira, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, a partir de 21.03.2011 até 03.05.2012, ficando retificada a publicação do dia 21.03.2011;

-Núbia Martins Domingues, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, em prorrogação, a partir de 18.05.2011 até 17.05.2013;

-Paulo Roberto da Cunha Júnior, Pirapora, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, em prorrogação, a partir de 28.04.2011 até 27.05.2011;

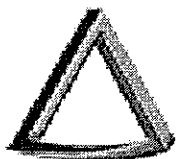
-Roberta Pacheco Ornellas, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, em prorrogação, a partir de 29.05.2011 até 22.05.2013;

-Tânia Lúcia Oliveira Moreira Malta, Betim, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 02 dias, a partir de 24.02.2011;

-Thaís Maria Andrade Cobra, Silvianópolis, Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância C, PJ-52, 19 dias, a partir de 10.06.2011.

Anotando Portaria de Dispensa:

-Ana Paula Pereira Sousa Macedo, Pípi-27896-0, Iturama, Oficial de Apoio Judicial D, PJ-28, a partir de 26.04.2011;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

HOMOLOGAÇÃO

Para que produza os efeitos legais e de acordo com a delegação de poderes prevista na Portaria nº. 1.839 de 08.12.2005, homologo a licitação abaixo, conforme Ata de Julgamento da Sessão Pública do Pregão Presencial de 19.05.2011.

Processo: nº. 613/2011

Licitação: nº. 064/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais para escritório – Ata 014/11.

LICITANTE VENCEDOR

Lote 02: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA. (*)

Valor Unitário: 12,79 (Doze reais e setenta e nove centavos)

Valor Total: R\$204.640,00 (Duzentos e quatro mil, seiscentos e quarenta reais)

Quantidade Registrada: 16.000 unidades

(*) Tornando sem efeito a homologação somente do Lote 02, publicada no DJE do dia 20.05.2011, em função da não manutenção da proposta da empresa RAFTECO COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2011.

MICHEL G. SALOMÃO

Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

Flávia Silva da Penha, JD 1ª Vª Cv. Cr. Feitos Cv. Inf. Juv. Unaf – 1 dia: 22.6.11.	Fernanda Laraia Rosa, JDS que coop. Unaf.
Flávio Junqueira Silva, JDS que resp. Baependi – 1 dia: 13.6.11.	Fernando Antonio Junqueira, JD Caxambu.
Francisco Lacerda de Figueiredo, JD UJESP Januária – 2 dias: 9 e 10.6.11.	Ronaldo Souza Borges, JD 2ª Vª Cv. Cr. Inf. Juv. Januária.
Graziela Maria de Queiroz Franco Peixoto, JDS que resp. por Presidente Olegário – 1 dia: 27.6.11.	Tenório da Silva Santos, JD Vª Fam. Suc. Patos de Minas e resp. por Rio Paranaíba.
Henrique Alves Pereira, JD 2ª Vª Pedro Leopoldo – 3 dias: 16 e 17.6.11. Fica retificada a publicação de 4.5.11.	Otávio Batista Lomônaco, JD 1ª Vª Pedro Leopoldo.
José Fernando Ribeiro Carvalho Pinto, JDS que coop. em Três Corações – 2 dias: 14 a 15.6.11.	-
José Mauro Soares Ioriano, 2ª JD UJESP Varginha – 1 dia: 10.6.11.	Morvan Rabelo de Rezende, 1ª JD UJESP Varginha.
Joyce Souza de Paula, JD 1ª Vª Cv. Ubá – 2 dias: 23 e 24.6.11.	Nilo Marques Martins Júnior, JD Vª Cr. Inf. Juv. Ubá.
Leonardo Antônio Bolina Figueiras, JD 1ª Vª Cv. Pirapora – 4 dias: 6, 13, 20 e 27.6.11.	Mônica Silveira Vieira, JD 2ª Vª Cv. Pirapora.
Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, JD 2ª Vª Cv. Cr. Inf. Iturama – 1 dia: 10.6.11.	Ewerton Roncoleta, JD 1ª Vª Cv. Cr. Exec. Penais Iturama.
Lucimeire Rocha, JD 3ª Vª Cr. Prec. Cr. Ribeirão das Neves – 2 dias: 23 e 24.6.11.	Bruno Teixeira Lino, JD Vª Exec. Cr. Ribeirão das Neves.
Lucinalva Ferraz dos Santos, JD UJESP Diamantina – 2 dias: 29 e 30.6.11.	Elexander Camargos Diniz, JD 1ª Vª Diamantina.
Marco Aurélio Souza Soares, JD 1ª Vª Além Paraíba – 2 dias: 6 e 7.6.11.	Gustavo Cheik de Figueiredo Teixeira, JD 2ª Vª Além Paraíba.
Marcos Alberto Ferreira, JD 3ª Vª Cv. Contagem – 2 dias: 2 e 3.6.11.	Wagner Sana Duarte Moraes, 2ª JDAE de Contagem e resp. pela 4ª Vª Cv. da mesma comarca.
Maria Beatriz de Aquino Gariglio, JD 2ª Vª Cv. Cr. Inf. Juv. Oliveira – 1 dia: 3.6.11.	Frederico Bitencourt Fonseca, JD UJESP Oliveira.

Designando, nos termos da legislação vigente, o Juiz de Direito Willys Vilas Boas, da 3ª Vara Cível de Itajubá, para responder pela 2ª Vara Cível da mesma comarca, a partir de 30.05.11 até o provimento.

Designando, nos termos da legislação vigente, o Juiz de Direito Auxiliar Especial de Patos de Minas, Ricardo Augusto Salge, para cooperar na Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da mesma comarca, na prolação de sentenças, no período de 30.05 a 10.06.11.

Deferindo a suspensão das férias individuais compensatórias, em caráter excepcional, da Juíza de Direito Substituta, Ivana Fernandes Vieira, no período de 5.5 a 3.6.11.

Designando, nos termos da legislação vigente, o 1º Juiz de Direito Auxiliar Especial, Orfeu Sérgio Ferreira Filho, para responder pela 2ª Vara de Registros Públicos, Fazenda Pública e Autarquias Municipais, Falências e Recuperação Judicial de Juiz de Fora, a partir de 31.05.11, até o provimento, sem prejuízo de suas atribuições na 5ª Vara Cível da mesma comarca.

Designando, nos termos da legislação vigente, o Juiz de Direito Romário Silva Junqueira, da 1ª Vara de Santa Rita do Sapucaí, para responder pela 1ª Vara da mesma comarca, a partir de 06.06.11 até o provimento.

Designando, nos termos da legislação vigente, a Juíza de Direito Substituta, Ivana Fernandes Vieira, para cooperar na Vara Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Ponte Nova, a partir de 06.06.11, sem prejuízo de suas atribuições anteriores.

Dispensando a Juíza de Direito Fernanda Icassatti Corazza, da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Santa Rita do Sapucaí, de responder pela 2ª Vara da mesma comarca, a partir de 06.06.11.

Dispensando o Juiz de Direito Auxiliar Especial de Coronel Fabriciano, Cláudio Alves de Souza, de cooperar na Vara da Fazenda Pública e de Precatórias Cíveis e Criminais da mesma comarca, a partir de 06.06.11.

2ª INSTÂNCIA

Exonerando Fábio Antônio Klein da Silva, TJ-7550-7, do cargo de provimento em comissão de Assistente Judiciário, TJ-CAI-08, JU-A188, PJ-29, do Gabinete do Desembargador Elpidio Donizetti Nunes, da 18ª Câmara Cível, a pedido, a partir de 01/06/2011 (Portaria nº. 629/2011).

1ª INSTÂNCIA

PORTARIA Nº. 628/2011

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

No uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos arts. 7º e 9º da Portaria nº. 2394/2010, publicada em 18.01.2010, e a necessidade de tomar público o resultado final do processo seletivo objeto do Edital de Remoção nº. 05/2011, publicado em 06.05.2011, nos termos do item 4.8 do referido edital, RESOLVE HOMOLOGAR o resultado final do processo seletivo de remoção objeto do Edital nº. 05/2011, publicado em 17.05.2011.

Belo Horizonte, 02 de junho de 2011.

Desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa,
Presidente

Exonerando Andréa Márcia Nonato Albernaz, PJPI-15.334-6, do cargo de Oficial Judiciário D, da especialidade Oficial de Justiça Avaliador, JPI-SG, da comarca de Belo Horizonte, de entrada especial, a pedido, a partir de 02.05.2011, nos termos do art.106, alínea "a", da Lei 869, de 05.07.52 (Portaria nº 601/2011), ficando retificada a publicação do dia 30/05/2011, Dje de 27/06/2011.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Homologação

Processo: nº. 613/2011

Licitação: nº. 064/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais para escritório – Ata 014/11

LICITANTE VENCEDOR

Lote 02: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

(*)

Valor Unitário: 12,79 (Doze reais e setenta e nove centavos)

Valor Total: R\$204.640,00 (Duzentos e quatro mil, seiscentos e quarenta reais)

Quantidade Registrada: 16.000 unidades

(*) Tornando sem efeito a homologação somente do Lote 02, publicada no DJE do dia 20.05.2011, em função da não manutenção da proposta da empresa RAFTCO COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA.

Homologação

Processo: nº. 0400/2011

Licitação: nº. 051/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Fornecimento de produtos alimentícios: açúcar cristal e refinado.

LOTE ÚNICO

LICITANTE VENCEDOR: MULTICOM COMÉRCIO MÚLTIPLO DE ALIMENTOS LTDA.

Valor Total: R\$67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais)

Homologação

Licitação: nº. 025/2011

Processo: nº. 010/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e corretiva integral de sistemas de energia ininterrupta – "No-Break".

LICITANTE VENCEDOR

Lote 01: Engetronic Comercial Ltda.

Valor Total: R\$110.794,23 (Cento e dez mil, setecentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos)

Lote 02: Engetronic Comercial Ltda.

Valor Total: R\$88.125,75 (Oitenta e oito mil, cento e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos)

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabrich S. Menezes
02.06.2011

Aviso

Licitação: 058/2011

Processo: 0335/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Contratação de serviços de avaliação especializada de saúde de magistrados, servidores e candidatos a concursos públicos do TJMG e emissão de relatórios técnicos.

Sessão Pública: 16.06.2011 às 09:00h.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer

		Cooperador
Marco Aurélio Ferenzini – JD da Vara de Precatórios Criminais	05 dias úteis, a partir de 04.06.11	Dias 06 e 10.06.11 – Fernando Humberto dos Santos – JD da Vara de Registros Públicos Dia 07.06.11 – Andréa de Souza Foureux Benfica – 52ª JDA Dias 08 e 09.06.11 – Maria da Glória Reis – 1ª JDA
Marcos Flávio Lucas Padula – JD da Vara Cível da Infância e Juventude	04 dias úteis, a partir de 01.06.11	Andréa de Souza Foureux Benfica – 52ª JDA
Mônica Libânio Rocha Bretas – JD da 34ª Cível	05 dias úteis, a partir de 02.05.11	Luzia Divina de Paula Peixoto – 55ª JDA Átala Andrade de Castro – 48ª JDA
Valdir Ataíde Guimarães – JD da 11ª de Família	05 dias úteis, a partir de 30.05.11	Ângela de Lourdes Rodrigues – JD da 12ª de Família

Deferindo ao(s) Juiz(es) de Direito da comarca de Belo Horizonte, licença(s) diversa(s), nos termos da legislação vigente, conforme segue:

Magistrado / Vara	Dias/Período
Gislene Rodrigues Mansur – 47ª JDA	13 dias de licença para se ausentar do país, a partir de 23.05.11
Veruska Rocha Mattedi Lucas – 38ª JDS – Cooperadora na Vª Infracional da Infância e da Juventude	120 dias de licença-maternidade, a partir de 05.05.11
Veruska Rocha Mattedi Lucas – 38ª JDS – Cooperadora na Vª Infracional da Infância e da Juventude	60 dias de licença-maternidade, em prorrogação, a partir de 02.09.11, nos termos da Resolução 605/09

Deferindo ao(s) Juiz(es) de Direito da Capital, licença(s) diversa(s), nos termos da legislação vigente:

Magistrado/ Vara	Dias/Período	Substituto
Moema de Carvalho Balbino Lucas – JD da 2ª Vª Cível	04 dias de licença para acompanhar pessoa da família, a partir de 17.05.11	Dia 17.05.11 – José Américo Martins da Costa – 7ª JDA Dia 18.05.11 – Rui de Almeida Magalhães – 42ª JDA Dias 19 e 20.05.11 – Soraya Hassan Baz Lúar – 54ª JDA

2ª INSTÂNCIA

PORTARIA Nº 0582/DEARHU/2011

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

à vista do disposto no art. 96, inciso I, da

RESOLVE nomear os candidatos abaixo relacionados, habilitados em Concurso Público de Provas, conforme homologação publicada em 06/10/2007, para os cargos a seguir indicados, por suas especialidades, do Quadro de Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, constantes do Anexo I da Lei 16.645, de 05 de janeiro de 2007, em conformidade com o disposto no art. 21 da Constituição Estadual, conforme especificado:

Cargo/Especialidade: Oficial Judiciário D / Oficial Judiciário

Síglia/Padrão: TJ-SG / PJ-28

Nome	Classificação
Leandra Cristina Torres Bezerra	688
Arthur Moreira Diniz	689
Karen de Paula Lopes	690
Lucas Felipe Lima Cruz	691
Lucas Ferreira Sales	692
Cibele Cruz de Assis	693
Rafael Zaidan Leite	694

Belo Horizonte, 31 de maio de 2011.

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Exonerando Carlos Eduardo Cancherini, TJ-3277.1, a pedido, do cargo em comissão de Assessor Judiciário, TJ-DAS-03, AS-A22, PJ-77, do gabinete da Desembargadora Vanessa Verdolim Hudson Andrade, da 1ª Câmara Cível (Portaria nº.619/2011).

1ª INSTÂNCIA

Deferindo pedido de permuta das servidoras Maria Gabriela Lara Ribeiro, PJP1-26.796-3, do cargo de Oficial de Apoio Judicial D, da comarca de Pará de Minas para a comarca de Itaúna, e Heloísa Helena Ferreira Mendonça, PJP1-15.772-7, do cargo de Oficial de Apoio Judicial D, da comarca de Itaúna para a comarca de Pará de Minas.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Homologação

Processo: nº 432/2011
Licitação: nº. 049/2011
Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos – lâmpadas fluorescentes e reatores – Ata 09/2011.

LICITANTES VENCEDORES:

LOTE 01
TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S/A
Valor Total: R\$26.790,00 (vinte e seis mil setecentos e noventa reais)

LOTE 02
SC COMÉRCIO EM GERAL LTDA ME
Valor Total: R\$42.540,00 (quarenta e dois mil quinhentos e quarenta reais)

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabrich S. Menezes
31.05.2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/11

TJMG X DENIS ERNANI BECKER

Processo: 0369/2011

Licitação: 043/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de envelopes de segurança – Ata 05/2011.
Vigência: de 31.05.2011 a 31.05.2012

LOTE ÚNICO

Fornecedor: Denis Emani Becker.

Item 1.1: Envelope de segurança para armas e objetos de apreensão – Grande – Marca Envelopac.
Quantidade Registrada: 20.000 (vinte mil) unidades
Valor Unitário: R\$1,50 (um real e cinquenta centavos).

Item 1.2: Envelope de segurança para armas e objetos de apreensão – Pequeno – Marca Envelopac.
Quantidade Registrada: 20.000 (vinte mil) unidades
Valor Unitário: R\$0,69 (sessenta e nove centavos).

Valor Total: R\$44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/11

TJMG X PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.
TJMG X TAMPASCO & FREITAS COMÉRCIO LTDA.
TJMG X PAPELARIA OFFICE BOX LTDA.

Processo: 613/2011

Licitação: 064/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de escritório – Ata 014/11
Vigência: de 30.05.2011 a 30.05.2012

Lote 01: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 0,46 (Quarenta e seis centavos)

Valor Total: R\$18.400,00 (Dezoito mil e quatrocentos reais)

Quantidade Registrada: 40.000 unidades

Lote 03: TAMPASCO & FREITAS COMÉRCIO LTDA.

Valor Unitário: 17,40 (Dezessete reais e quarenta centavos)

Valor Total: R\$278.400,00 (Duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais)

Quantidade Registrada: 16.000 unidades

Lote 04: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 29,01 (Vinte e nove reais e um centavo)

Valor Total: R\$8.703,00 (Oito mil, setecentos e três reais)

Quantidade Registrada: 300 unidades

Lote 05: PAPELARIA OFFICE BOX LTDA.

Valor Unitário: 4,17 (Quatro reais e dezessete centavos)

Valor Total: R\$83.400,00 (Oitenta e três mil e quatrocentos reais)

Quantidade Registrada: 20.000 unidades

Lote 07: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 4,44 (Quatro reais e quarenta e quatro centavos)

Valor Total: R\$2.220,00 (Dois mil, duzentos e vinte reais)
Quantidade Registrada: 500 unidades

Lote 08: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.
Valor Unitário: 64,40 (Sessenta e quatro reais e quarenta centavos)
Valor Total: R\$32.200,00 (Trinta e dois mil e duzentos reais)
Quantidade Registrada: 500 unidades

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro
31.05.2011

Contratos – Extratos

Oracle do Brasil Sistemas Ltda- Ct. 655/2010 de 27.05.2011. – Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico e atualização para 04 (quatro) licenças de uso de software “Oracle Data Integrator Enterprise Edition ODI”. Vigência: 27.05.2011 a 27.05.2012. – Valor do Ct.: R\$ 40.042,80 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.27 – Serviços de Tecnologia da Informação.

Neimar Fialho e Terezinha Peixoto Fialho - Ct. 156/2011 de 24.05.2011. – Objeto: Locação de imóvel residencial destinado à instalação do Arquivo Judicial do Fórum da Comarca de Teixeira/MG- Vigência: 24.05.2011 a 24.05.2016. – Valor do Ct.: R\$ 19.800,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 – Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

Maria Madalena Ribeiro - Ct. 154/2011 de 24.05.2011. – Objeto: Locação de loja comercial destinado à instalação do Arquivo Judicial do Fórum da Comarca de Carmo da Mata/MG- Vigência: 24.05.2011 a 24.05.2016. – Valor do Ct.: R\$ 32.700,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 – Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

Vicente Paschoal da Silva e Lindéia Maria das Graças Silva - Ct. 157/2011 de 24.05.2011. – Objeto: Locação de imóvel comercial destinado à instalação do Arquivo Judicial do Fórum da Comarca de Dorel do Indaia/MG- Vigência: 24.05.2011 a 24.05.2016. – Valor do Ct.: R\$ 38.820,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 – Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

Termos Aditivos – Contratos (Extratos)

Braz Francisco Fernandes e Maria Luíza Fernandes - 10ª TA de 30.05.2011 ao Ct. 149/2002 de 01.07.2002. – Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. – Vigência: 01.07.2011 a 01.07.2013. – Valor do termo: R\$ 9.049,20 – Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 – Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

Egídio Felipe Lopes - 7ª TA de 30.05.2011 ao Ct. 180/2004 de 01.07.2004. – Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. – Vigência: 01.07.2011 a 01.07.2013. – Valor do termo: R\$ 50.178,96 – Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 – Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT- 5ª TA de 27.05.2011 ao Ct. 200/2009 de 21.08.2009. – Objeto: Alteração de cláusula e acréscimo de valor. – Vigência: 27.05.2011 a 21.08.2011 – valor inicial do Ct.: R\$ 20.000.000,00 - Valor do termo: R\$ 67.082,96 – Novo valor do Ct.: R\$ 21.859.058,88 – Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11

Serviço Postal Telegráfico.

Termo de Apostilamento – Extrato

1º Termo de Apostilamento de 27.05.2011 – A. P. Braga Engenharia e Comércio Ltda – Ct. 237/2010 de 17.05.2010 - Objeto: Majoração do valor contratual - Valor inicial do Ct.: R\$ 2.393.585,33 - Valor do Termo: R\$ 104.897,89 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.2.117.4.4.90.51.03 – Execução de Obras por Contrato de Bens Patrimoniais. – Novo Valor do Ct. R\$ 2.796.862,63.

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Diretora Executiva: Neuza das Mercês Rezende,
31 Maio de 2011

Indeferindo o recurso apresentado pelo seguinte servidor, em razão da lista de classificados no processo seletivo de remoção objeto do Edital nº 05/2011:

-Eduardo Rocha Mendonça de Freitas, PJPI-20055-0, Oficial Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, da comarca de Guarani.

GERÊNCIA DE PROVIMENTO E DE CONCESSÕES AOS SERVIDORES
Gerente: Maria das Mercês Simões da Rocha Pinto

Pela 1ª Instância

ATO DE CONVOCAÇÃO DE SERVIDORA PARA REMOÇÃO

A Gerente de Provimento e de Concessões aos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, considerando o disposto na alínea “a” do item 5.4 do Edital de Remoção nº. 07/2010 – uma vez que o candidato convocado mediante publicação de 03.05.2011 não apresentou o requerimento previsto – e, ainda, as convocações processadas e as remoções requeridas, deferidas e efetivadas em outros editais de remoção, convoca, nos termos dos itens 5.1 e 5.7 do referido Edital, a servidora a seguir relacionada para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, protocolizar requerimento de remoção, devidamente instruído, ou de desistência, para a vaga existente no Quadro de Pessoal da Justiça de Primeira Instância, conforme abaixo especificada, obedecida, no processo seletivo, a ordem de classificação por cargo/especialidade/comarca:
Comarca: Belo Horizonte
Cargo: Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Nome / Classificação:
Consuelo Iasmini Dutra de Miranda / 33

ATO DE CONVOCAÇÃO DE SERVIDORAS PARA REMOÇÃO

A Gerente de Provimento e de Concessões aos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, considerando o disposto na alínea “a” do item 5.4 do Edital de Remoção nº. 11/2010 – uma vez que as candidatas convocadas mediante publicação de 03.05.2011 não apresentaram o requerimento previsto – e, ainda, as convocações processadas e as remoções requeridas, deferidas e efetivadas em outros editais de remoção, convoca, nos termos dos itens 5.1 e 5.7 do referido Edital, as servidoras a seguir relacionadas para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, protocolizarem requerimento de remoção, devidamente instruído, ou de desistência, para as vagas existentes no Quadro de Pessoal da Justiça de Primeira Instância, conforme abaixo especificadas, obedecida, no processo seletivo, a ordem de classificação por cargo/especialidade/comarca:

Cargo: Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Nome / Classificação:
Daniela Maria de Sousa Brandão / 32
Giselle Machado Freitas Neves / 39

ATO DE CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA REMOÇÃO

A Gerente de Provimento e de Concessões aos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, considerando o disposto na alínea “a” do item 5.4 do Edital de Remoção nº. 02/2011 – uma vez que os candidatos convocados mediante publicações de 03.05.2011 e 13.05.2011 não apresentaram o requerimento previsto – e, ainda, as convocações processadas e as remoções requeridas, deferidas e efetivadas em outros editais de remoção, convoca, nos termos dos itens 5.1 e 5.7 do referido Edital, os servidores a seguir relacionados para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, protocolizarem requerimento de remoção, devidamente instruído, ou de desistência, para as vagas existentes no Quadro de Pessoal da Justiça de Primeira Instância, conforme abaixo especificadas, obedecida, no processo seletivo, a ordem de classificação por cargo/especialidade/comarca:

Comarca: Araxá
Cargo: Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Nome / Classificação:
Isabel Cristina Araújo de Deus / 6

Comarca: Belo Horizonte
Cargo: Oficial Judiciário D/C/A – Oficial de Justiça Avaliador
Nome / Classificação:
Marcos Vinícius Balista Arantes / 7

Comarca: Ouro Preto
Cargo: Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Nome / Classificação:
Célia Dias Assis Gonçalves / 7

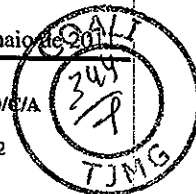
ATO DE CONVOCAÇÃO DE SERVIDORAS PARA REMOÇÃO

A Gerente de Provimento e de Concessões aos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, considerando o disposto na alínea “a” do item 5.4 do Edital de Remoção nº. 03/2011 – uma vez que as candidatas convocadas mediante publicação de 03.05.2011 não apresentaram o requerimento previsto – e, ainda, as convocações processadas e as remoções requeridas, deferidas e efetivadas em outros editais de remoção, convoca, nos termos dos itens 5.1 e 5.7 do referido Edital, as servidoras a seguir relacionadas para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, protocolizarem requerimento de remoção, devidamente instruído, ou de desistência, para as vagas existentes no Quadro de Pessoal da Justiça de Primeira Instância, conforme abaixo especificadas, obedecida, no processo seletivo, a ordem de classificação por cargo/especialidade/comarca:

Comarca: Belo Horizonte
Cargo: Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Nome / Classificação:
Maria Alice Soares Marques / 32
Luciana Carolina Vaz de Melo / 33

ATO DE CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA REMOÇÃO

A Gerente de Provimento e de Concessões aos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, considerando o disposto na alínea “a” do item 5.4 do Edital de Remoção nº. 04/2011 – uma vez que os candidatos convocados mediante publicação de 05.05.2011 não apresentaram o requerimento previsto – e, ainda, as convocações processadas e as remoções requeridas, deferidas e efetivadas em outros editais de remoção, convoca, nos termos dos itens 5.1 e 5.7 do referido Edital, os servidores a seguir relacionados para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, protocolizarem requerimento de



Opção: Licitações -2011. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua Timbiras, nº. 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/11 (*)

TJMG X PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Processo: 613/2011

Licitação: 064/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de escritório – Ata 014/11

Vigência: de 30.05.2011 a 30.05.2012

Lote 02: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Valor Unitário: 12,79 (Doze reais e setenta e nove centavos)

Valor Total: R\$204.640,00 (Duzentos e quatro mil, seiscentos e quarenta reais)

Quantidade Registrada: 16.000 unidades

(*) Tomando sem efeito a publicação do extrato da ata no DJE do dia 01.06.2011

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro
02.06.2011

Contratos – Extratos

Allen Rio Serviços e Comércio de produtos de Informática Ltda - Ct. 279/2011 de 01.06.2011. - Objeto: Distribuição e Licenciamento de software para atender ao Tribunal- Vigência: 01.06.2011 a 01.06.2012. - Valor do Ct.: R\$ 73.962,98 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.27 - Serviços de Tecnologia da Informação.

Geraldo Mateus dos Santos - Ct. 155/2011 de 24.05.2011. - Objeto: Locação de imóvel comercial destinado à instalação do Juizado Especial do Fórum da Comarca de Ribeirão das Neves/MG- Vigência: 24.05.2011 a 24.05.2016. - Valor do Ct.: R\$ 120.000,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.117.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

Termos Aditivos – Contratos (Extratos)

World Service Terceirização Ltda - 10ª TA de 18.04.2011 ao Ct. 366/2007 de 03.12.2007. - Objeto: Alteração de cláusula e acréscimo de valor. - Vigência: 18.04.2011 a 03.12.2011. - Valor inicial do Ct.: R\$ 1.819.020,00 - Valor do termo: R\$ 106.576,55- Novo valor do Ct. R\$ 2.068.886,39 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.37.02 Locação de Serviços de Apoio Administrativo (Replicado por incorreção).

Enel Engenharia e Empreendimentos Ltda - 5ª TA de 04.05.2011 ao Ct. 126/2009 de 05.05.2009. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e alteração de cláusula. - Vigência: 04.05.2011 a 03.07.2011. - Valor do termo: Sem alteração.

Mosteiro Engenharia Ltda - 3ª TA de 27.05.2011 ao Ct. 506/2010 de 30.09.2010. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e alteração de cláusula. - Vigência: 27.05.2011 a 28.06.2011. - Valor do termo: Sem alteração.

José Antônio da Silva - 7ª TA de 01.06.2011 ao Ct. 113/2004 de 1º.06.2004. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. - Vigência: 1º.06.2011 a 1º.06.2014. - Valor do termo: R\$ 18.900,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

Rafael do Carmo Penido - 11ª TA de 23.05.2011 ao Ct. 079/2000 de 22.05.2000. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e alteração de cláusula. - Vigência: 23.05.2011 a 23.05.2015. - Valor do termo: R\$ 79.200,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.117.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

Hermídes Pinto - 2ª TA de 01.06.2011 ao Ct. 119/2006 de 19.06.2006. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e alteração de cláusula. - Vigência: 19.06.2011 a 19.06.2016. - Valor do termo: R\$ 564.000,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.117.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

PH Serviços e Administração Ltda - 11ª TA de 01.06.2011 ao Ct. 363/2007 de 03.12.2007. - Objeto: Alteração de cláusula e acréscimo de valor. - Vigência: 01.06.2011 a 03.12.2011. - Valor inicial do Ct. R\$ 922.398,72 - Valor do termo: R\$ 27.335,79 - Novo valor do Ct. R\$ 1.092.735,80 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.37.02 - Locação de Serviços de Apoio Administrativo (Replicado por incorreção)

Convênio – Extrato

Município de Monte Sião/MG - Cv. 085/2011 de 18.05.2011. - Objeto: Estabelecimento de procedimento específico visando ao pagamento, pelo Tribunal, das verbas indenizatórias de transporte devidas aos Oficiais de Justiça por cumprimento de mandados judiciais de interesse do município, expedido nos feitos que tramitam no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais- Vigência: 18.05.2011 a 18.05.2016. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Santa Rita do Ituaçu/MG - Cv. 073/2011 de 10.05.2011. - Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando o eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Resplendor/ MG, mediante cessão de servidor municipal efetivo. - Vigência: 10.05.2011 a 10.05.2016. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Clube H.S - Vida Administradora de Seguros e Serviços Médicos Conveniados Ltda - Cv. 063/2011 de 01.06.2011. - Objeto: Regular nos termos das normas aplicáveis a consignação em folha de pagamento para averbação de prêmios relativos aos seguros do ramo vida, bem como das contribuições referentes aos planos de previdência complementar, assumidos por magistrados e servidores, ativos e inativos, e pensionistas do Tribunal junto ao Clube H.S - Vigência: 01.06.2011 a 01.06.2016. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Clube H.S - Vida Administradora de Seguros e Serviços Médicos Conveniados Ltda - Cv. 064/2011 de 01.06.2011. - Objeto: Regular nos termos das normas aplicáveis a consignação em folha de pagamento para averbação dos valores estipulados relativos a planos de saúde, assumidos por magistrados e servidores, ativos e inativos, e pensionistas do Tribunal junto ao Clube H.S - Vigência: 01.06.2011 a 01.06.2016. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Clube H.S - Vida Administradora de Seguros e Serviços Médicos Conveniados Ltda - Cv. 079/2011 de 01.06.2011. - Objeto: Regular nos termos das normas aplicáveis a consignação em folha de pagamento de empréstimos, assumidos por magistrados e servidores, ativos e inativos, e pensionistas do Tribunal junto ao Clube H.S na modalidade de empréstimo consignado. Vigência:

01.06.2011 a 01.06.2016. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de São João do Paraíso/MG por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social- Cv. 049/2011 de 01.06.2011. - Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando o eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de São João do Paraíso/MG mediante cessão de guardas mirins - Vigência: 01.06.2011 a 01.06.2016. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Termo Aditivo – Convênio (Extrato)

Município de Ibituruna/ MG- 1ª TA de 30.05.2011 ao Convênio 176/2010 de 02.08.2010. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência - Vigência: 02.08.2011 a 02.08.2012 Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Bom Sucesso/ MG- 1ª TA de 30.05.2011 ao Convênio 175/2010 de 02.08.2010 - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência - Vigência: 02.08.2011 a 02.08.2012 Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Santo Antônio do Amparo/ MG- 1ª TA de 01.06.2011 ao Convênio 174/2010 de 02.08.2010. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência - Vigência: 02.08.2011 a 02.08.2012 Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Termos de Rescisão – Contrato (Extrato)

Município de Monte Sião/ MG - Objeto: Rescisão ao Contrato 200/2009 de 18.05.2009, que tem como objeto estabelecimento de procedimento específico visando ao pagamento, pelo Tribunal, das verbas indenizatórias de transporte devidas aos Oficiais de Justiça por cumprimento de mandados judiciais de interesse do Município, a partir de 18.05.2011.

Termo de Apostilamento – Extrato

3º Termo de Apostilamento de 31.05.2011 – Tecidos Caetano Ltda - Ct. 171/2007 de 26.02.2007 - Objeto: Reajuste contratual - Valor inicial do Ct.: R\$ 94.440,00 - Valor do Termo: R\$ 2.404,44, passando o valor mensal do Ct. para R\$ 1.973,92 a partir de 26.02.2011. - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.20 - Locação de Bens Imóveis – Pessoa Jurídica – Novo Valor do Ct. R\$ 23.687,04.

Termo de Doação – (Extrato)

Casa da Amizade de Pompéu - Ct. 221/2011 de - 01.06.2011. - Objeto: Doação de Materiais permanentes inservíveis.

Autorização de Compra – Extrato

AC.286/2011 de 31.05.2011. - Licitação 040/2011 - Clear do Brasil Indústria de Papéis Ltda - Objeto: aquisição de material para escritório. Valor: R\$ 158.500,00 Dotação Orçamentária: 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.05 - Material para Escritório

Tornar sem efeito a publicação do dia 31/05/2011; Município de Timóteo/MG. - 3ª TA de 07.04.2011 ao Cv. 016/2008 de 20.06.2008. - Objeto: Alteração de cláusula - Vigência: 07.04.2011 a 20.06.2011 - Valor: Sem ônus para o Tribunal.

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Diretora Executiva: Neuza das Mercês Rezende,
02 Junho de 2011

DIÁRIO DO JUDICIÁRIO



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Des. Cláudio Renato dos Santos Costa
Presidente

Des.ª Márcia Maria Milanez
3ª Vice-Presidente

Des. Mário Lúcio Carneira Machado
1ª Vice-Presidente

Des. Antônio Marcos Alvim Soares
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Joaquim Hercufano Rodrigues
2ª Vice-Presidente

Des. Luiz Audebert Delage Filho
Vice-Corregedor-Geral de Justiça

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - ANO IV - BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 2011 - Nº 103

Lei Federal nº 11.419 de 19/12/2006, art 4º

"Assinatura Digital: o presente documento está assinado digitalmente, nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui forma de criptação eletrônica do documento. Ela está empregada neste documento eletrônico como recurso tecnológico da segurança da informação. Os dados que compõem cada informação deste documento foram cifrados pela assinatura digital quando do respectivo armazenamento no equipamento-banco-de-dados do TJMG. Para a cifragem e armazenamento, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais empregou certificados digitais expedidos por instituição certificadora devidamente credenciada na ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira). O presente documento recebeu assinatura digital com uso de Certificado de padrão ICP-Brasil com algoritmo de assinatura "sha1RSA", expedido pela Autoridade Certificadora denominada "AC PRODEMGE SRF", usado padrão de algoritmos criptográficos de RSA(1024 bits). Os métodos criptográficos empregados impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento digitalmente assinado e armazenado sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente DIÁRIO DO JUDICIÁRIO DO TJMG."

servidora Victória Guimarães Romualdo da Silva, PJPI 23.312-2, Oficial Judiciário D, da especialidade Oficial Judiciário, da comarca de Piranga, no tocante à lotação da aludida servidora, que passará a prestar serviços no Cartório da 187ª Zona Eleitoral de Muriaé, até 31/12/2011, sem ônus para aquele órgão, nos termos da Lei 6.999/1982 (Portaria nº. 650/2011).

Exonerando:

- Ana Paula Valadares, PJPI 23.293-4, Oficial Judiciário D, da especialidade Oficial de Justiça Avaliador, JPI-SG, da comarca de Martinho Campos, de Primeira Entrância, a pedido, a partir de 28/10/2010, nos termos do art. 106, alínea "a", da Lei 869, de 05/07/52 (Portaria nº. 651/2011);
- Ary Gonzaga Jayme, PJPI 24.773-4, do cargo, em comissão, de Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, da 1ª Vara Cível, da comarca de Teófilo Otoni, a pedido, a partir de 09/06/2011 (Portaria nº. 652/2011);
- Henrique Macedo de Oliveira, PJPI 20356-2, Oficial de Apoio Judicial D, JPI-SG, da comarca de Tupaciguara, de Primeira Entrância, a pedido, a partir de 19/05/2011, nos termos do artigo 106, alínea "a", da Lei 869, de 05/07/52 (Portaria nº. 653/2011).

Nomeando Hernani Andrade de Moura, PJPI 15.784-2, Oficial de Apoio Judicial D, efetivo, da comarca de Teófilo Otoni, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, por indicação do Juiz de Direito Dr. Bruno Sena Carmona, da 1ª Vara Cível, da comarca de Teófilo Otoni (Portaria nº. 654/2011).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/11

TJMG X TEVILO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Processo: 613/2011

Licitação: 064/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de escritório – Ata 014/11
Vigência: de 08.06.2011 a 08.06.2012

Lote 06: TEVILO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Valor Unitário: 0,93 (Noventa e três centavos)

Valor Total: R\$18.600,00 (Dezoito mil e seiscentos reais)

Quantidade Registrada: 20.000 unidades

1º Termo Aditivo de 08.06.2011 – Ata de Registro de Preços nº 002/2010

Validade: 21/06/2011

Processo nº 2320/2009

Licitação nº 007/2010 – Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Impressoras Matriciais.

LOTE ÚNICO – MCO INFORMÁTICA LTDA.

Altera-se o prazo de vigência, previsto na Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços, prorrogando-o até 21.06.2012.

1º Termo Aditivo de 08.06.2011 – Ata de Registro de Preços nº 011/2010

Validade: 21/06/2011

Processo nº 0958/2010

Licitação nº 056/2010 – Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para escritório (artigos diversos).

LOTE 02 – MÁXIMO DISTRIBUIDORA LTDA.

Altera-se o prazo de vigência, previsto na Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços, prorrogando-o até 21.06.2012.

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro
08.06.2011

Contratos – Extratos

It-One Tecnologia da Informação Ltda - Ct. 284/2011 de 07.05.2011. – Objeto: Fornecimento e Instalação de Softwares, visando preparação de ambiente virtualizado para acesso aos sistemas informatizados do Tribunal, incluindo configuração do ambiente, suporte técnico e hora técnica de consultoria. - Vigência: 07.05.2011 a 07.05.2014. - Valor do Ct.: R\$ 359.059,29 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.27 – Tecnologia da Informação.

Termos Aditivos – Contratos (Extratos)

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTES À
DIRETORIA EXECUTIVA DE
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

2ª INSTÂNCIA

Retificando a publicação do dia 08/06/2011 (DJe de 07/06/2011) de reposicionamento da servidora efetiva Verônica Pereira Silva Machado (Portaria 631/2011), onde se lê: nos termos do art. 20 da Resolução nº. 367/2011-TJMG, de 18/04/2011, leia-se: nos termos do art. 20 da Resolução nº. 367/2011-TJMG, de 18/04/2001.

Retificando a publicação do dia 08/06/2011 (DJe de 07/06/2011) de prorrogação de prazo para posse do candidato Marcus Vinícius Monteiro Santos, apenas no tocante à data de publicação de sua nomeação, onde se lê: conforme ato publicado no DJe de 03/05/2011, leia-se: conforme ato publicado no DJe de 04/05/2011.

1ª INSTÂNCIA

Alterando o ato de prorrogação do prazo de requisição ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais, publicado em 11/01/2011, da

CORTE SUPERIOR

CONVOCAÇÃO

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, convoco os Excelentíssimos Senhores Desembargadores para a sessão extraordinária do Tribunal Pleno, a se realizar no dia 20 (vinte) de junho, segunda-feira, às 14 horas (quatorze horas), no Auditório "Ministro Carlos Fulgência da Cunha Peixoto" (Anexo I - Rua Goiás, 229).
Belo Horizonte, 08 de junho de 2011.

a) Wagner de Aguiar Mendes, Secretário do Tribunal Pleno.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes
08.06.2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº. 014/2011

PROCESSO nº. 0613/2011

LICITAÇÃO nº. 064/2011 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 30/05/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 30 dias do mês de maio de 2011, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, a seguir denominado TRIBUNAL, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDORES:

OTES 01, 02, 04, 07 e 08 – PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA., com sede na Rua Carmo Cachoeira, 217 – 2º andar, Bairro Salgado Filho, em Belo Horizonte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.266.248/0001-48, neste ato representada por sua Procuradora Sra. Ana Paula da Silva de Oliveira, residente na Rua Ana Lúcia, nº 155, Bairro Novo das Indústrias, em Belo Horizonte, portadora da Carteira de Identidade nº. MG-13.345.250-SSP/MG, CPF nº. 060.438.496-31.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Escritório, especificados no Termo de Referência do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 064/2011 – Pregão Presencial.

1.1. Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

↓

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias**.

6.1. Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, situada na Av. do contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do TRIBUNAL;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irreajustável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;

apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.


Belo Horizonte, 30 de maio de 2011.



Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Pelos Fornecedores:


Ana Paula da Silva de Oliveira
PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA.

Testemunhas:


+ 003309-3


TJ63271

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 004/2011)

ITEM	CÓDIGO	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
1	15.10.033-2	40.000	Un	Cola líquida branca, 90g, PVA, com batoque e tampa rosqueável, embaladas em caixas com 12 unidades.	NEW MAGIC	0,46	PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA
2	15.20.008-6	16.000	Un	Grampeador grande de mesa metálico, na cor preta, com capacidade mínima para 200 grampos, com mola interna de metal, com altura mínima no ponto mais alto de 6,5cm, base em aço protegida por plástico, com dimensões mínimas de 19,0cm x 3,0cm (comprimento x largura) e 1,0cm de altura, <u>com capacidade para grampear até 40 folhas de gramatura 75g/m²</u> e alcance de profundidade mínimo de 10,0cm. Possibilidade de utilização de grampos dos tamanhos 26/6 (p/20 folhas) e <u>26/8 (p/40 folhas).</u> (*)	KANGARO DS-435N	12,79	
4	15.30.019-6	300	Cx	Papel carbono tipo filme, preto, tamanho A4, filme de alta qualidade para no mínimo 10 repetições. Caixa com 100 fis.	CIS	29,01	
7	15.30.053-6	500	Cx	Etiqueta adesiva para impressoras jato de tinta/laser, 50,8 x 101,6mm, na cor branca, multiuso, em folhas tamanho carta nas medidas 215,9mm x 279,4mm, com 10 etiquetas por folha. Caixa com 250 etiquetas.	POLIFIX	4,44	
8	20.50.014-9	500	Cx	Etiqueta adesiva, 51,0 x 15mm, 4 etiquetas p/linha, em formulário contínuo, para impressora matricial. Caixa com 250 etiquetas.	POLIFIX	64,40	

Optanda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº. 014/2011

PROCESSO nº. 0613/2011

LICITAÇÃO nº. 064/2011 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 30/05/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 30 dias do mês de maio de 2011, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, a seguir denominado TRIBUNAL, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

ORNECEDOR:

LOTE 3 – TAMPASCO & FREITAS COMÉRCIO LTDA., com sede na Rua Conselheiro Ferraz, 65 – casa 30, Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada por seu procurador Washington Arantes da Silva, residente na Rua Miguel Salazar Mendes de Moraes, 840, casa 7B – Taquara, Rio de Janeiro, portador da Carteira de Identidade nº 10.771.846-2, DETRAN-RJ, CPF nº 070.670.557-25.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Escritório, especificados no Termo de Referência do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 064/2011 – Pregão Presencial.

1.1. Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias**.

6.1. Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, situada na Av. do contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do TRIBUNAL;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: **EM** = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;

- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;

apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2011.

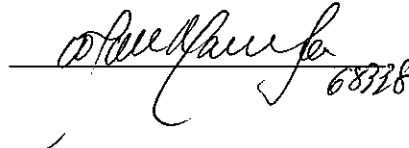

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Pelo Fornecedor:


Washington Arantes da Silva
TAMPASCO & FREITAS COMÉRCIO LTDA.

Testemunhas:


Nelson Fidalgo - TS 3788-7


68328

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 004/2011)

LOTE	ITEM	CÓDIGO	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
3	3.1	15.20.009-4	16.000	Un	Perfurador de papel – 2 furos, metálico, com base em aço protegida por plástico, com dimensões mínimas de 13,5 x 10,5cm (comprimento x largura) e altura mínima de 10,0cm (destravado), na cor preta, com pinos perfuradores e molas em aço. <u>Capacidade de perfuração: até 45 folhas de gramatura 75 g/m². (*)</u>	GENMES – REF. 9810	17,40	TAMPASCO & FREITAS COMÉRCIO LTDA.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº. 014/2011

PROCESSO nº. 0613/2011

LICITAÇÃO nº. 064/2011 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 30/05/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ³⁰ dias do mês de **maio** de 2011, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE 5 – PAPELARIA OFFICE BOX LTDA., com sede na Rua Indiana, 842, Bairro Jardim América, em Belo Horizonte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.210.110/0001-67, neste ato representada por seu sócio. Sr. Carlos André Tolentino, residente na Rua Esmeraldo Botelho, nº 50, Aptº 202– Bairro Buritis, Belo Horizonte/MG, portador da Carteira de Identidade nº M-3.571.073, CPF nº 727.990.216-20;

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Escritório, especificados no Termo de Referência do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 064/2011 – Pregão Presencial.

1.1. Este instrumento não obriga o **TRIBUNAL** a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O **TRIBUNAL** fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.



5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias**.

6.1. Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, situada na Av. do contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do TRIBUNAL;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;

b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;

apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

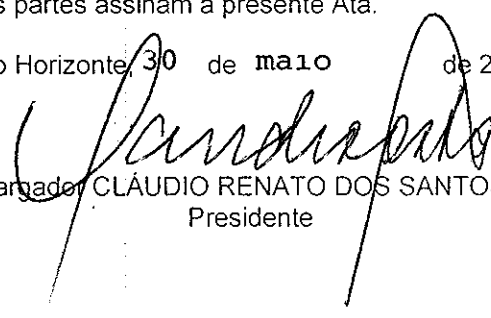
14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

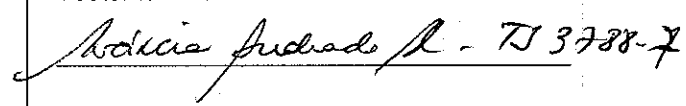
Belo Horizonte, 30 de maio de 2011.



Desembargador CLAUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Pelo Fornecedor:


Carlos André Tolentino
PAPELARIA OFFICE BOX LTDA.

Testemunhas:


Adilson Frederico R. - TS 3788-7


Maria Luiza Vitorino da Silva
1804-4

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 004/2011)

LOTE	ITEM	CÓDIGO	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
5	5.1	15.30.026-9	20.000	Un	Pasta registradora AZ – escritório – larga, nas dimensões mínimas de 35,0 x 28,0 x 8,0cm, em papelão calandrado com lombada em <i>percalux</i> , etiqueta e visor para identificação em plástico transparente nas dimensões mínimas de 10,0 x 6,0cm, com alavanca e garra internas metálicas e cromadas para papel de 02 furos e fixador de papel metálico	POLYCART	4,17	PAPELARIA OFFICE BOX LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**ATA Nº. 014/2011****PROCESSO nº. 0613/2011****LICITAÇÃO nº. 064/2011 – Pregão Presencial****VALIDADE: até 08/06/2012****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos 08 dias do mês de junho de 2011, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/000113, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE 6 – TEVELO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., com sede na Av. Arthur Guimarães, 792, Santa Cruz – Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ/MF 04.908.432/0001-56, neste ato representada por seu procurador Everson Augusto Pedrosa Saldanha, residente na Rua Arueira, 486, Bairro Santa Cruz, Belo Horizonte, Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade nº MG 10.327.313, SSPMG, CPF nº 044.716.766-95;

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Escritório, especificados no Termo de Referência do Edital e proposta da Contratada apresentada à **Licitação 064/2011 – Pregão Presencial**.

1.1. Este instrumento não obriga o **TRIBUNAL** a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O **TRIBUNAL** fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do

primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias**.

6.1. Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, situada na Av. do contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31) 3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga

- 13.1.** A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:
comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.
- 13.2.** A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
 - b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
- 14.1.** Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.
- 14.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 14.3.** As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
- 14.4.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.
E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

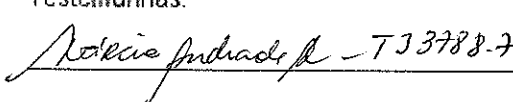
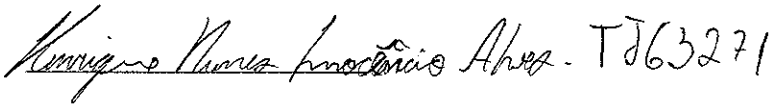
Belo Horizonte, 08 de junho de 2011.


Desembargador CLAUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Pelo Fornecedor:


Everson Augusto Pedrosa Saldanha
TEVILO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Testemunhas:

 - TJ3788-7  - TJ63271

ANEXO I - DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCA, PREÇO E FORNECEDOR
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 004/2011)

LOTE	ITEM	CÓDIGO	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
5	0.1	15.30.027-7	20.000	Un	Pasta suspensa, nas dimensões mínimas de 38,0 x 24,0cm, em cartolina bege marmorizada, gramatura mínima de 300g/m², plastificada, cabide metálico com ponteiros de nylon, com grampo, fechada, com etiqueta em papel branco e respectivo acetato incolor, embaladas em caixas com 50 unidades.	GEKA	0,93	TEVILLO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

8.